

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A JHSF Participações S.A. (“Companhia”) com sede na Avenida Magalhães de Castro, 4.800 Torre 3 Continental Tower - 27º andar, São Paulo – SP, é uma sociedade por ações de capital aberto, cadastrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o código 20605 sendo suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob a sigla JHSF3, constituída em 29 de Junho de 2006, com o objetivo principal de atuar como holding, participando do capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de construção e exploração de shoppings centers, à incorporação, compra e venda de imóveis residenciais e comerciais, compra e venda de mercadorias, à locação de imóveis comerciais próprios, à prestação de serviços de administração, à exploração de atividades hoteleiras e turísticas em geral, assessoria, consultoria e planejamento, operação e gestão de aeródromo.

2. Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo a Orientação OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras, no que diz respeito ao reconhecimento de receitas e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada – POC). Nessas demonstrações são eliminadas as rubricas contábeis que representem operações entre controladas da Companhia, assim como é realizada a reclassificação das parcelas do ágio, sendo destacada a participação dos não controladores.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis em função da opção pela manutenção do saldo de ativo diferido nos balanços individuais das investidas, existente em 31 de dezembro de 2007, que vem sendo amortizado. Desta forma, o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais são diferentes. Em 31 de dezembro de 2016 estes efeitos foram de R\$2.222 (R\$3.873, em 2015) no resultado e de R\$2.764 (R\$3.621, em 2015) no patrimônio líquido.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão pela

Administração da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas apresentam os saldos e transações da Companhia e de suas controladas.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2017.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas.

Transações em moeda estrangeira (dólar)

São convertidas para a moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4. Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas a seguir:

- i. **Nota explicativa 6(e)** – reconhecimento de receitas de incorporação imobiliária: premissas relacionadas à estimativa do custo orçado utilizado para aplicação do método de porcentagem de conclusão da obra (POC), conforme Orientação Técnica OCPC 04;
- ii. **Notas explicativas 6(m) e 22** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- iii. **Nota explicativa 6(i)** - teste de redução ao valor recuperável: premissas em relação aos valores recuperáveis;
- iv. **Notas explicativas 6(d) e 9** - constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- v. **Notas explicativas 6(p) e 20** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- vi. **Nota explicativa 6(g) e 16** - reconhecimento do valor justo das propriedades para investimentos.

Mensuração a valor justo

Algumas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar regularmente todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte ao Diretor Financeiro. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 16.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Títulos e valores mobiliários mensurados e reconhecidos pelo valor justo; e
- Propriedades para investimento que são mensuradas pelo valor justo.

6. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Base de consolidação

i. Controladas - As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimentos em entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial - Os investimentos da Companhia em entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia exerce, direta ou indiretamente, influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, incluindo os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

iii. Operações no exterior - Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação.

Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de controlada que incluía operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado. Durante o exercício de 2016, a Companhia alienou integralmente sua participação em controladas no exterior, conforme demonstrado na nota explicativa 12.

iv. Participação de acionistas não controladores - A Companhia mensura qualquer participação de não controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

v. Transações eliminadas na consolidação - Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

(b) Informações por segmento - As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, principal tomador de decisões estratégicas e operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

A Companhia faz a gestão das operações pelos seguintes segmentos: renda recorrente (sendo a mais relevante a gestão de shoppings centers), incorporação imobiliária, hotéis e restaurantes, e escritório central administrativo (“holding”).

(c) Demonstração do valor adicionado - A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, e para as IFRS como informação financeira suplementar.

(d) Instrumentos financeiros – São classificados de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

i. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Mantidos para negociação e adquiridos com o propósito de venda no curto prazo, estes instrumentos são mensurados ao valor justo, considerando a inclusão do risco de crédito das contrapartes no cálculo dos instrumentos.

Mantidos até o vencimento - Com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Disponíveis para vendas – Não classificados nas demais categorias, são mensurados ao valor justo, sendo as variações do valor justo até o momento da realização registrado no patrimônio líquido. Na realização desses ativos, o valor justo é reclassificado para a demonstração do resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis – Com pagamentos fixos ou definidos e que não são cotados em um mercado ativo, são mensurados inicialmente a valor justo, e subsequentemente pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa - Numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis (saldos em contas correntes bancárias) e aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento inferior a 90 dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

Contas a Receber e Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) - Decorrentes principalmente da venda de imóveis - conforme os critérios da Nota 6 (e) - de locações comerciais e da prestação de serviços, são apresentadas a valores presentes. A PECLD é constituída por valor considerado suficiente para cobrir as perdas na realização dos créditos da operação, considerando os seguintes critérios:

- Atividades de shoppings e locações comerciais: provisão de 100% para os saldos de clientes com dívidas vencidas há mais de 365 dias e clientes vencidos há menos de 365 dias cuja negociação não demonstre uma possibilidade real de quitação da dívida.

- Atividade de venda de imóveis: análise individual dos clientes, considerando-se o percentual de inadimplência do saldo vencido em relação ao total da venda para mensuração do percentual necessário de provisão, conforme demonstrado abaixo:

Índice de Inadimplência	% de Provisão
De 0% à 9%	0%
De 10% à 20%	10%
De 21% à 30%	20%
De 31% à 50%	40%
De 51% à 70%	50%
De 71% à 100%	60%

Obrigações com parceiros em empreendimentos - Registradas quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação e ajustadas dos encargos financeiros e das baixas pela liquidação das obrigações.

ii. Passivos financeiros não derivativos – mensuração - Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado se mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ajuste a valor presente de ativos e passivos - Os ativos e passivos monetários de longo prazo, bem como os relevantes de curto prazo, são avaliados e ajustados a valor presente, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais previstos.

As vendas a prazo de unidades imobiliárias não concluídas são descontadas a valor presente, tendo em vista que os montantes contratados não incluem o componente de juros. O reconhecimento do ajuste a valor presente é realizado no resultado do exercício no grupo de receitas de incorporação imobiliária. Para os demais ativos e passivos sujeitos ao reconhecimento a valor justo, os ganhos ou perdas são contabilizados no resultado financeiro.

A taxa de desconto utilizada possui como fundamento a taxa média dos empréstimos e financiamentos obtidos, líquida dos efeitos inflacionários do INCC, e são comparadas à remuneração da NTN-B, utilizando-se a maior taxa apurada.

(e) Reconhecimentos contábeis específicos aplicados na atividade de incorporação imobiliária

A apropriação do resultado das vendas de imóveis se dá da seguinte forma:

i. Vendas de unidades não concluídas - A receita de incorporação imobiliária representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de unidades imobiliárias, e é apresentada líquida dos impostos, dos distratos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas da Companhia, e incluem a atualização monetária dos contratos com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC.

Na venda de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que não mais estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação, foram observados os procedimentos e as normas estabelecidos pelo

pronunciamento técnico CPC 30 para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada dos riscos e benefícios mais significativos inerentes à sua propriedade. O enquadramento dos contratos de venda dos empreendimentos para fins de aplicação da referida norma foi efetuado com base na orientação técnica OCPC 04, a qual norteou a aplicação da interpretação técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileira.

A partir das referidas normas, e levando em consideração os procedimentos contábeis aplicáveis previstos pela orientação técnica OCPC 01 (R1), a Companhia utiliza o método de porcentagem de conclusão da obra (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária.

O uso desse método requer que sejam estimados os custos a serem incorridos até o término da construção e a entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos.

Para a determinação do montante a ser reconhecido como receita de vendas de unidades não concluídas, a Companhia apura o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, em relação a seu custo total orçado até o final da obra e entrega das chaves, e aplica o percentual sobre o valor justo da venda das unidades vendidas, reconhecendo as receitas de vendas e os custos relacionados à unidade imobiliária vendida, no resultado do exercício, em contrapartida do contas a receber.

O valor do contas a receber é determinado pelo montante das receitas acumuladas reconhecidas deduzidas das parcelas recebidas e da provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e/ou provisão para distratos. Caso o montante das parcelas recebidas seja superior ao da receita acumulada reconhecida, a diferença é alocada como adiantamento de clientes, no passivo, assim como os valores recebidos por vendas de unidades não concluídas dos empreendimentos lançados que ainda estejam sob os efeitos da correspondente cláusula resolutiva constante em seu memorial de incorporação.

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado pela evolução financeira do empreendimento.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidos no resultado no exercício em que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

ii. Vendas de unidades concluídas - Nas vendas de unidades concluídas, a receita de venda e o respectivo custo das unidades concluídas são reconhecidos no resultado do exercício no momento da entrega das chaves, quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à sua propriedade são transferidos. Após a entrega das chaves das unidades comercializadas, a atualização monetária das contas a receber passa a ser calculada pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, IPCA ou pelo CDI, apropriados de forma "pro rata temporis". Nessa fase, a atualização monetária e os juros passam a ser registrados como receita

financeira pelo método da taxa efetiva de juros e não mais integram a base para determinação da receita de vendas.

iii. Imóveis a comercializar – Referem-se a todo o custo de aquisição ou permuta do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada) e outros custos de construção relacionados, incluindo encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção, necessários para a realização do empreendimento de incorporação imobiliária.

Para os imóveis em construção, a parcela em imóveis a comercializar corresponde ao custo incorrido alocado às unidades que ainda não foram comercializadas.

iv. Despesas Comerciais - Os gastos incorridos e diretamente relacionados à construção de estande de vendas e do apartamento modelo, acrescidos dos valores de aquisição das mobílias e decoração, são registrados no ativo imobilizado, desde que o prazo esperado para a sua utilização e geração de benefícios ultrapasse o período de 12 meses, e são depreciados de acordo com o prazo de vida útil estimado. A despesa de depreciação desses ativos é reconhecida em despesas comerciais e não causa impacto na determinação do percentual de evolução financeira dos empreendimentos.

As comissões sobre vendas, quando arcadas pela entidade de incorporação, são registradas como despesas antecipadas e são apropriadas ao resultado como despesas comerciais, com base no percentual de evolução da obra.

(f) Imobilizado - Mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. A vida útil de cada item do ativo imobilizado está descrita na nota explicativa 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, se necessário.

(g) Propriedades para investimentos - São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital, compostas por terrenos, maquinários, instalações e edifícios em shopping centers. São inicialmente mensuradas pelo custo, incluindo custos das transações, e subsequentemente mensuradas pelo valor justo e classificadas como nível 3, e quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

As avaliações são efetuadas por especialistas externos independentes, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado a taxas praticadas pelo mercado, e revisadas periodicamente pela Companhia.

(h) Ativos Intangíveis e ágio - Mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e eventuais perdas do valor recuperável. Os ágios, que possuem como fundamento econômico a rentabilidade futura (sem prazos definidos) estão sujeitos a teste de avaliação do valor recuperável anualmente ("Impairment").

(i) Redução a valor recuperável ("Impairment") - Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reavaliou o valor recuperável de seus ativos e não apurou perdas a serem constituídas. Esse procedimento é realizado anualmente.

As premissas utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados descontados a valor presente, em estudos de viabilidade econômica ou no valor de mercado.

(j) Ativos financeiros não-derivativos - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: inadimplência ou atrasos do devedor; reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda - Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial - Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(k) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimentos e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

(l) Ativo não circulante disponível para a venda e operações descontinuadas - A Companhia classifica um ativo não circulante como disponível para a venda e operações descontinuadas se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo disponível para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia alterem esse período.

O ativo não circulante mantido para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo,

uma perda por impairment é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

Os ativos, passivos e o resultado das operações descontinuadas relacionados aos ativos disponíveis para venda são apresentados em linhas únicas no ativo, no passivo e na demonstração do resultado consolidado.

(m) Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis - As provisões fiscais, trabalhistas e cíveis são constituídas sempre que forem prováveis uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais. Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

(n) Benefícios a empregados - Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(o) Acordos de pagamento baseado em ações - O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (*non-vesting conditions*), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

(p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (IRPJ e CSLL) - O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Conforme facultado pela legislação tributária, algumas controladas da Companhia optaram pelo lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do IRPJ é calculada a razão de 8% (incorporação imobiliária, inclusive atualização monetária) e 32% (prestação de serviços e locações), a da CSLL a razão de 12% (incorporação imobiliária), 32% (prestação de serviços e locações) e 100% sobre as demais receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares dos respectivos tributos.

Adicionalmente, como também facultado pela legislação tributária, certas controladas efetuaram a opção irrevogável pelo Regime Especial de Tributação - RET, adotando o patrimônio de afetação, segundo o qual o imposto de renda e a contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e o Programa de Integração Social - PIS sobre as receitas, a partir da Medida Provisória nº 601). Parte dos ativos do segmento de incorporação da Companhia, 3,41% (14,25%, em 2015), como facultado pela Lei nº 10.931/04.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou conhecidas na data do balanço. Os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IRPJ e CSLL diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

(q) Apuração do resultado - Conforme descrito na nota explicativa 34, a Companhia possui quatro segmentos geradores de receitas. As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da Competência, e para o segmento de incorporação imobiliária conforme mencionado na nota explicativa 6(e).

Para os demais segmentos, as receitas operacionais são reconhecidas quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

As receitas de locações relacionadas às propriedades para investimentos (“shoppings centers”) são reconhecidas no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total, pelo período do arrendamento. As receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

(r) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

(s) Lucro por ação - Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores e a média ponderada das ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor aplicáveis a Companhia

IFRS 9 Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), os ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes – Exige o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. Para o caso específico do setor de incorporação imobiliária, a manutenção do método de reconhecimento de receitas denominado POC ou adoção do método das chaves, por exemplo, decorrerá das análises contratuais efetuadas pela Administração. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

IFRS 16 Leasing

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB divulgou IFRS 16, Leasing, que tem como objetivo exigir que todos os contratos de leasing sejam informados no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida para entidades que reportam em IFRS.

A Companhia está avaliando os efeitos das IFRS 9, 15 e 16 em suas demonstrações financeiras e ainda não concluiu suas análises sobre o impacto de sua adoção.

Não existem outras normas, alterações de normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas, que possam, na opinião da Administração, ter um impacto significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

8. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

8.1 - Caixa, equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e Bancos	2.437	774	9.555	131.013
Aplicações financeiras	59.273	20.140	60.098	20.364
	61.710	20.914	69.653	151.377

Referem-se substancialmente a saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujo vencimento é inferior a 90 dias sem que haja penalidade no resgate, relativas a Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Renda Fixa. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, aplicações em instituições financeiras de primeira linha e remunerados substancialmente pelo CDI.

8.2 - Títulos e valores mobiliários

Correspondem a aplicações em fundo de investimento imobiliário. O fundo JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista está classificado na categoria de valor justo por meio do resultado, enquanto os fundos JHSF Catarina Corporate – FII e Berlim estão classificados na categoria de disponível para venda. O custo original de aquisição foi R\$44.283 e a Companhia reconheceu perda de R\$2.347 em 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Companhia transacionou, por compra e venda, quotas do Fundo JHSF Catarina Corporate – FII e o Berlim, acumulando incremento na posição detida no valor de R\$1.295 em quotas.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fundos de Investimento Imobiliário				
JHSF Catarina Corporate - FII	8.431	16.643	10.295	16.643
JHSF Catarina Corporate Berlim	5.349	4.229	7.490	4.229
JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista	-	4.773	20.751	18.716
	13.780	25.645	38.536	39.588

9. Contas a receber e cessão de recebíveis

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Unidades concluídas (a)	41.398	46.903	346.197	463.106
Unidades em construção	-	26.318	45	101.554
Promitentes compradores de imóveis	41.398	73.221	346.242	564.660
Locações a receber	-	-	29.943	49.017
Serviços de administração	-	-	26.929	18.239
Demais contas a receber (b)	291.626	1.553	304.463	12.041
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	(6.414)
Total Contas a Receber	333.025	74.774	707.577	637.543
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(3.353)	(3.801)
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(35.019)	(42.772)
Total	333.025	74.774	669.205	590.970
 Circulante	 284.513	 24.943	 512.652	 315.730
Não circulante	48.512	49.831	156.553	275.240

(a) O saldo na controladora refere-se ao contas a receber em dólar, convertido ao Real na data base, do empreendimento Las Piedras com o acionista controlador no Uruguay cedido pela JHSF Uruguay no montante R\$41.398 (R\$46.903 em dezembro de 2015) cuja movimentação deve-se à variação cambial do exercício;

(b) O saldo na controladora refere-se à: i) contas a receber em reais, derivado da venda de 33% do Shopping Cidade Jardim no montante de R\$ 260.000; ii) contas a receber derivado da venda do Shopping Metro Tucuruvi no montante de R\$ 31.626.

A política contábil relacionada às contas a receber está descrita nas notas explicativas 6(d) e 6 (e).

Os recebíveis de imóveis não concluídos foram mensurados a valor presente considerando taxa de desconto compatível com as transações e operações realizadas. A taxa média praticada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 6,11% a.a. (5,63% a.a. em 2015).

O saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente (conforme critérios descritos na nota explicativa 6 (e), líquida das parcelas já recebidas. O saldo de contas a receber não circulante é composto pela parcela apropriada com vencimento superior a um ano. A análise de vencimentos do total das parcelas a receber dos contratos de venda das unidades concluídas e não concluídas, sem considerar os efeitos de ajuste a valor presente, e já líquidos da provisão para crédito de liquidação duvidosa, pode ser demonstrada conforme abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
Aging list		
Vencidos acima de 90 dias	30.984	28.793
Vencidos a 90 dias	921	2.283
Vencidos a 60 dias	3.122	6.923
Vencidos a 30 dias	2.150	3.844
Total Vencidos	37.178	41.843
À vencer até 360 dias	145.368	280.107
À vencer acima 360 dias	159.889	290.478
Total À Vencer	305.257	570.585
Total	342.435	612.428

	Consolidado	
	2016	2015
Receita de vendas a receber	342.435	612.428
Circulante	182.545	321.950
Não circulante	159.889	290.478

	Consolidado	
	2016	2015
Aging list		
Vencidos acima de 90 dias	30.984	28.793
Vencidos a 90 dias	921	2.283
Vencidos a 60 dias	3.122	6.923
Vencidos a 30 dias	2.150	3.844
Total Vencidos	37.178	41.843
À vencer até 360 dias	145.368	280.107
À vencer acima 360 dias	159.889	290.478
Total À Vencer	305.257	570.585
Total	342.435	612.428

A Administração da Companhia tem como política interna acompanhar mensalmente a carteira de recebíveis e realizar distratos de unidades que estejam inadimplentes e/ou provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Após os distratos, essas unidades são recolocadas à venda ao valor de mercado. A movimentação da PECLD está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(23.450)
Provisão / (reversão) 2015	(19.322)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(42.772)
Provisão / (reversão) 2016	7.754
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(35.019)

10. Imóveis a comercializar

A política contábil relacionada aos imóveis a comercializar está descrita na nota explicativa 6(e).

	Consolidado	
	2016	2015
Terrenos	230.761	452.853
Imóveis em construção	67.465	422.035
Imóveis acabados	301.890	11.378
Encargos Capitalizados ao Estoque	26.522	14.611
Adiantamento a fornecedores	-	24.092
Ativos destinados à venda	-	(279.654)
Total	626.637	645.315
Circulante	464.346	453.494
Não Circulante	162.291	191.821

Os saldos foram submetidos ao teste de impairment, não tendo sido constatada a necessidade da realização de ajuste para desvalorização em 31 de dezembro de 2016. A apuração do valor recuperável foi efetuada segundo o disposto na nota explicativa 6 (i).

11. Partes relacionadas

a) Operações de empréstimos e créditos

Na controladora, os saldos a receber e a pagar representam adiantamentos para futuro aumento de capital e operações de empréstimos em forma de mútuo com prazos indeterminados e sem remuneração, celebrados junto às controladas, objetivando suprir recursos das atividades operacionais. No consolidado, os saldos a receber e a pagar representam operações junto a pessoas físicas e jurídicas, conforme características descritas a seguir:

Ativo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Crédito com partes relacionadas				
José Auriemo Neto e Família (a)	22.796	-	28.712	1.400
Hotel Marco Internacional	2.313	4.914	-	-
Helitec Táxi Aéreo Ltda.	14.019	8.051	14.019	8.051
São Sebastião Desenv. Imobiliário S.A.	2.304	2.304	-	-
Outros	5.670	2.673	239	7.538
	47.101	17.942	42.970	16.989
Adiantamento para futuro aumento de capital	487.304	310.649	-	-
Dividendos a receber				
JHSF Salvador	2.637	2.637	-	-
Cia Metro Norte	-	5.635	-	-
CIA Administradora de Empreendimentos	951	951	-	-
JHSF Manaus	4.977	4.977	-	-
JHSF Shoppings	2.311	2.311	-	-
Hotéis Fasano	2.583	2.583	-	-
	13.459	19.094	-	-
Total	547.864	347.684	42.970	16.989
Circulante	13.459	19.094	-	2.247
Não circulante	534.405	328.591	42.970	14.743

- (a) Saldo refere-se à: i) Instrumento de Confissão de Dívida de 01 de abril de 2009 com a JHSF Incorporações Ltda. no valor de R\$1.400 por assunção de débito de terceiros adquirentes de unidades imobiliárias, com vencimento até 31 de dezembro de 2017; ii) Saldo à receber pela venda das entidades sediadas no exterior para JHSF Global Investments, detida pelo Controlador da Companhia, conforme descrito na nota 12, no valor de R\$22.426, sem previsão contratual de indexação e vencimento; e iii) Assunção de dívidas de terceiros no montante de R\$4.886, devidas a Companhia e Controladas.

Passivo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Shopping Cidade Jardim	2.108	17	-	-
Cia. Boa Vista de Desenvolvimento Imob.	57.112	5.011	-	-
Cia. Administradora de Empreendimentos e	11.306	1.667	-	-
Sociedade Administradora de Estacionamen	6.792	3.600	-	-
JHSF Engenharia S.A.	1.998	175	-	-
JHSF Salvador Empreend. e Incorp S/A	70.079	2.922	-	-
Sustenta Telecomunicações Ltda	2.980	1.532	-	-
Sustenta Comercializadora de Energia Ltda	19.901	10.898	-	-
Torino Administradora de Bens S.A.	271	492	-	-
Madras Global Limited	-	4.878	-	-
Jus Agendi Administradora de Bens Ltda.	514	687	-	-
Outros	3.788	-	-	530
Subtotal	176.849	31.878	-	530
José Auriemo Neto e Família	95.230	57.329	95.230	115.901
JHSF NY Inc.	-	52.601	-	-
JHSF NY II, Inc.	-	57.460	-	-
Subtotal	95.230	167.390	95.230	115.901
Passivos destinados à venda - (Nota 12)	-	(114.939)	-	-
Total	272.079	84.329	95.230	116.431
Circulante	78.492	84.329	74.190	115.901
Não circulante	193.587	-	21.040	530

(a) Refere-se à empréstimos de controladas pertencentes aos controladores da Companhia, com vencimento final em 2021.

A Companhia emitiu e vendeu R\$75.188 de Cédulas de Crédito Imobiliário ("CCI"), lastreadas em créditos oriundos da venda de estoque imobiliário ("Recebíveis Imobiliários"), com taxa de desconto de até 12% ao ano, mais indexadores contratuais. A emissão ocorreu dentro de limite de até oitenta milhões de reais aprovados pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 17 de Setembro de 2015.

As CCI emitidas foram adquiridas pelo acionista controlador, de forma direta ou indireta, uma vez que este ofereceu à Companhia melhores condições que as praticadas pelos agentes financeiros consultados (taxa de desconto oferecida foi inferior em 5,70% à melhor recebida). A transação está em linha com a estratégia da Administração da Companhia de acelerar a monetização de capital de giro investido nos negócios de incorporação imobiliária.

Por se tratar de uma transação com o controlador, e em atendimento ao previsto no CPC 38, a diferença apurada entre a taxa de mercado e o valor efetivamente negociado foi somada ao valor da cessão de crédito em contrapartida ao patrimônio líquido no valor de R\$1.456 em 31 de dezembro de 2015.

A operação de cessão de créditos foi classificada como "retenção substancial dos riscos e benefícios" e permaneceu registrada no ativo em sua totalidade. Os valores recebidos na

operação foram registrados no ativo com contrapartida no passivo referente à obrigação assumida.

No transcorrer do presente exercício social, o saldo integral das CCI foi liquidado (R\$57.329 em dezembro de 2015).

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia realizou adiantamentos para suas controladas, os quais deverão ser objeto de futura integralização, conforme abaixo demonstradas:

	Controladora	
	2016	2015
JHSF Incorporações Ltda.	356.130	254.001
Aveiro Incorporações Ltda.	50.401	19.040
JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S.A.	48.214	10.431
JHSF Adm. do Catarina Aeroporto Exec S.A	14.879	5.378
Nova TH Empreendimentos e Incorporações	8.195	1.298
Infinitum Incorporações Ltda.	7.540	5.589
Corbas Administradora de Bens S.A	1.925	741
Sustenta Comercializadora de Energia	20	-
Hotéis Fasano & Resorts S.A.	-	47
Companhia Metrô Norte	-	13.139
JHSF Shoppings Ltda.	-	493
JHSF (Uruguay) S.A.	-	71.823
Soberana Administradora de Bens S.A	-	2
JHSF USA, Inc.	-	2.876
JHSF NY, Inc.	-	57.351
Capri Administradora de Bens	-	228
Capital Incorporações Ltda	-	197
JHSF NY II, Inc.	-	5.132
JHSF Gestão de Investimentos	-	65
Ativos disponíveis para venda	-	(137.182)
	487.304	310.649

c) Remuneração dos administradores

Em assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 29 de Abril de 2016, os acionistas aprovaram a fixação do limite anual global da remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício de 2016 em até R\$10.330 (R\$9.457, em 2015).

As remunerações dos administradores para os exercícios de 2016 e 2015 estão demonstradas a seguir:

2016	Diretoria Estatutária e Administradores	Conselho de Administração	Fiscal	Comitê Auditoria	Total
Número de Membros	3	7	3	3	16
Salário / Prolabore / Remuneração	4.600	1.407	396	104	6.507
Bonificação	560	-	-	-	560
Benefícios Diretos e Indiretos	199	74	-	-	273
Remuneração Total	5.359	1.481	396	104	7.340

2015	Diretoria Estatutária e Administradores	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	4	6	3	13
Salário / Pro labore / Remuneração	4.706	1.316	360	6.382
Bonificação	2.070	-	-	2.070
Benefícios Diretos e Indiretos	206	65	-	271
Remuneração Total	6.983	1.381	360	8.723

Os Administradores também participam do plano de opção de compra de ações, tendo sido provisionado o montante de R\$7.279 (R\$4.788, em 2015) o qual está sujeito ao exercício por parte dos respectivos beneficiários, conforme demonstrado na nota explicativa 31.

d) Transações comerciais

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui o montante de R\$94.551 (R\$99.010, em 2015) de recebíveis (apropriados e a apropriar) junto aos acionistas e administradores decorrentes da comercialização de unidades imobiliárias.

e) Transações societárias

No decorrer do exercício de 2016, a Companhia alienou determinados investimentos detidos no exterior para entidade controlada por seu acionista controlador, conforme descrito na nota explicativa 12 e divulgada em fato relevante. Em 31 de dezembro de 2016 o montante à receber referente à esta transação é de R\$22.246.

f) Transações financeiras

No decorrer do exercício, a Companhia recebeu integralmente os valores das emissões da CCI's, mencionadas na nota explicativa 11-a.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta saldo de empréstimos à pagar com empresas controladas por seus acionistas controladores no montante de R\$95.230, conforme divulgado na nota 11.

12. Operações descontinuadas

Em 13 de maio de 2016 a Companhia concluiu a venda de parte dos seus ativos no exterior, de acordo com os termos da Proposta Vinculante aprovada em Reunião do Conselho de Administração de 19 de janeiro de 2016. Em 30 de setembro de 2016 a Companhia concluiu a venda do restante de seus ativos no exterior. A conclusão da transação gerou o seguinte resultado para a Companhia:

	JHSF NY	JHSF USA	JHSF Uruguay	JHSF Internac.	JHSF NY II	Total
Valor de Venda	24.409	1.211	48.700	722	8.151	83.193
Taxa de câmbio no fechamento da operação	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041	3,5041
Valor da Venda em Reais	85.533	4.242	170.650	2.530	28.562	291.517
Custos das Sociedades Transacionadas:						
Investimento	(39.275)	(1.760)	(67.569)	(3.027)	(29.913)	(141.544)
AFAC	(54.637)	(3.545)	(79.702)	-	-	(137.884)
Custo Total das Sociedades Transacionadas (R\$)	(93.912)	(5.306)	(147.271)	(3.027)	(29.913)	(279.428)
Resultado da Operação	(8.379)	(1.064)	23.379	(496)	(1.351)	12.089
(+) Variação cambial acumulada no PL	33.255	(11.912)	93.816	-	15.846	131.005
Resultado da Operação Antes de Ajustes Contratuais	24.876	(12.975)	117.194	(496)	14.495	143.094
Transferência Adicional de Dívida - Uruguay (USD 8.460)	-	-	(27.465)	-	-	(27.465)
Ajuste de Preço JHSF NYII (USD 2.950)	-	-	-	-	9.576	9.576
Resultado da Transação	24.876	(12.975)	89.730	(496)	24.071	125.206

O resultado líquido das Operações Descontinuadas está classificado na demonstração do resultado consolidado na linha de Resultado de Operações Descontinuadas.

As principais linhas da demonstração de resultado e do fluxo de caixa na data da venda, estão demonstradas a seguir:

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	24	639	9.426
Custos	24	(2.808)	(17.249)
Resultado bruto		(2.169)	(7.823)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	25	(1.691)	(1.903)
Despesas comerciais	26	(18)	(327)
Outras despesas operacionais	27	14.335	(7.613)
Resultado Operacional		10.457	(17.666)
Despesas financeiras	28	(1.500)	(4.148)
Receitas financeiras	28	1.146	852
Resultado antes dos impostos		10.103	(20.962)
IR e CSLL Diferido	20	(392)	(5.735)
Resultado líquido do período		9.711	(26.697)
Fluxo de Caixa			
Das Atividades Operacionais		3.868	(34.820)
Das Atividades de Investimento		101.369	(19.895)
Das Atividades de Financiamento		(94.741)	(29.715)

13. Créditos diversos

	Consolidado	
	2016	2015
Créditos a receber de operações de shoppings	230	21.533
Créditos a receber de operações do Fasano (a)	26.031	23.983
Custo de obras a recuperar (b)	3.321	7.125
Outras despesas antecipadas	3.535	4.831
Outros Créditos (c)	27.108	56.623
Adiantamento para aquisição de TVM's	3.657	10.333
Estoques (Retail, hotéis e restaurantes)	14.816	11.181
Ativos Disponíveis para Venda	-	(3.631)
Total	78.697	131.978
Circulante	41.819	77.884
Não Circulante	36.879	54.094

(a) Saldo a receber gerado pós-aquisição do Fasano, para ressarcimento de pagamentos relacionados a programa de parcelamento tributário no montante de R\$4.857 e contratos de mútuo de R\$21.174;

(b) Saldo a receber gerado por estouro de custo de obras no Horto Bela Vista, garantido por contrato junto à administradora da obra;

(c) Referem-se a créditos de diversas naturezas tais como: créditos a receber de terceiros – R\$5.183; depósitos judiciais – R\$4.439; saldo à receber pela venda da operação da loja Emilio Pucci – R\$5.210; e créditos de naturezas diversas – R\$11.831.

14. Investimentos

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e coligadas, segregadas por atividade de negócio:

Atividade de negócio / Sociedades controladas	Participação - %			
	2016		2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Incorporações imobiliárias				
JHSF Incorporações Ltda.	99,99	-	99,99	-
Boa Vista de Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	99,99	-	99,99	-
JHSF (Uruguay) S.A.	-	-	99,99	-
JHSF USA, Inc.	-	-	100,00	-
JHSF NY, Inc.	-	-	100,00	-
Aveiro Incorporações Ltda.	99,99	-	99,99	-
Nova TH Empreendimentos e Incorporações Ltda.	99,99	-	99,99	-
JHSF Salvador Empreendimentos e Incorporações Ltda.	99,99	-	99,99	-
JHSF Porto Alegre Empreendimentos e Incorporações Ltda.	99,99	-	99,99	-
Santa Marina Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	-	99,99	-	99,99
Milano Administradora de Bens Ltda.	-	99,00	-	99,00
Parque Catarina Incorporações Ltda.	-	99,00	-	99,00
JHSF Engenharia Ltda.	99,99	-	99,99	-
São Sebastião Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	-	99,99	-	99,99
Vista do Bosque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	-	99,99	-	99,99
Vista do Campo Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	-	99,99	-	99,99
Vista do Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	-	99,99	-	99,99
Vista do Lago Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	-	99,99	-	99,99
Lyon Administradora de Bens Ltda.	-	99,99	-	99,99
Capri Administradora de Bens Ltda.	-	99,99	-	99,00
Canarias Administradora de Bens Ltda.	-	99,99	-	99,00
Kansas Administradora de Bens Ltda.	-	99,99	-	99,99
815 Fifth Avenue LLC	-	-	-	100,00
Columbia Empreendimentos e Incorporações Ltda.	-	100,00	-	100,00
Ferrara Incorporações Ltda.	-	100,00	-	100,00
Chakras Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	-	100,00	-	100,00
Infinitem Incorporações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Capital Incorporações Ltda.	-	-	100,00	-
Shoppings centers				
Shopping Cidade Jardim S.A.	23,97	76,03	-	99,99
Companhia Metrô Norte	-	-	99,99	-
JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S.A.	99,99	-	99,99	-
Vila Catarina Shopping S.A.	-	99,99	-	99,99
Shopping Vila Madalena Ltda.	-	100,00	-	100,00
Hotéis e Restaurantes				
Hotéis Fasano & Resorts S.A.	60,00	-	60,00	-
Hotel Marco Internacional S.A.	13,90	51,66	13,90	51,66
Boa Vista Serviços de Concierge Ltda.	-	99,99	-	99,99
JHSF NY II, Inc.	-	-	100,00	-
05212014, Inc.	-	-	-	100,00
Restaurante Ocean Blue	-	99,99	-	99,99
Restaurante Fasano	-	99,99	-	99,99
Restaurante Gero	-	99,99	-	99,99
São Sebast. RJ Restaurante	-	58,00	-	58,00
Restaurante Gero Rio	-	60,00	-	60,00
Holding Fasano AB	-	99,99	-	99,99
Restaurante Trattoria	-	99,99	-	99,99
Restaurante Panini	-	99,99	-	99,99
Restaurante Parigi Bistro	-	99,99	-	99,99
São Sebastião Administração Hoteleira	-	40,00	-	40,00
Prestação de serviços e outros negócios				
H Brasil Comércio Importação e Exportação Ltda.	-	-	20,00	-
Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços S.A.	99,99	-	99,99	-
Sociedade Administradora de Estacionamentos e Serviços S.A.	99,99	-	99,99	-
Lyon Comércio, Importação e Exportação Ltda	-	99,99	-	99,99
Corbas Administradora de Bens Ltda.	99,99	-	99,99	-
Bela Vista Administradora de Condomínios e Shopping Centers S.A.	-	55,00	-	55,00
Sustenta Comercializadora de Energia S.A.	99,99	-	99,99	-
Sustenta Telecomunicações Ltda.	99,99	-	99,99	-
Valentino Brazil – Comércio de Artigos de Luxo Ltda.	-	17,43	-	17,43
Soberana Administradora de Condomínios Ltda.	-	100,00	-	100,00
JHSF Gestão de Investimentos Ltda.	99,94	0,06	99,94	0,06
JHSF Operadora do Catarina Aeroporto Executivo S.A.	99,99	-	99,99	-
JHSF Administradora do Catarina Aeroporto Executivo S.A.	99,99	-	99,99	-
Helitec Táxi Aéreo Ltda	-	20,00	-	20,00
JHSF Investimentos em Negócios Aeronáuticos Ltda	20,00	-	20,00	-
Torino Administradora de Bens S.A.	-	100,00	100,00	-
Madras Global Ltd.	-	-	100,00	-
Jus Agendi Administradora de Bens Ltda	-	100,00	-	100,00
Ipatinga SP Participações S.A	-	100,00	100,00	-
Ibidem Administradora de Bens Ltda.	-	100,00	100,00	-

Os investimentos estão compostos por participações societárias permanentes, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

No consolidado o montante referente ao ágio foi reclassificado para ativos intangíveis e ágio, conforme demonstrado na nota explicativa 17.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Valor líquido do ágio na aquisição de investimentos	2.782	2.782	-	-
Investimentos:				
Participação em controladas e coligadas (a)	2.235.324	3.030.729	4.502	7.044
(-) Ativos disponíveis para venda	-	(144.067)	-	-
Total das participações societárias	2.235.324	2.886.662	4.502	7.044
Total dos investimentos	2.238.106	2.889.444	4.502	7.044

(a) O montante de R\$4.502 (R\$7.044 em 2015) refere-se aos investimentos de 17,43% na empresa Valentino Brazil – Comércio de Artigos de Luxo Ltda, 20% na JHSF Investimentos em Negócios Aeronáuticos e 40% na São Sebastião do RJ Adm. Hoteleira.

As movimentações dos saldos de investimentos diretos da controladora estão abaixo - demonstradas:

Sociedade investida	% - Part.	Saldos em	Aumento de	Ajustes de	Reflexo de	Transferências	Ajustes de	Alienação de	Saldos em	(Passivo a	Total
		2015	Capital	conversão	ajustes a valor justo de TVM's		Participação Societária	Participação Societária	2016	descoberto) em	
JHSF Incorporações Ltda.	99,99	798.032	-	-	-	77.293	-	6.177	881.502	-	881.502
Companhia Metrô Norte	0,00	361.880	-	-	-	(32.616)	-	-	-	-	-
Boa Vista de Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	99,99	297.160	-	-	-	(33.303)	-	389	264.246	-	264.246
Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços S.A.	99,99	20.358	-	-	-	3.042	-	-	23.400	-	23.400
Sociedade Administradora de Estacionamen	99,99	4.207	181	-	-	561	-	-	4.949	-	4.949
Hóteis Fasano & Resorts S.A.	60,00	35.947	-	-	-	1.841	-	-	37.788	-	37.788
JHSF (Uruguay) S.A.	0,00	86.212	-	(13.814)	-	(4.828)	-	-	(67.569)	-	-
JHSF Shopping Ltda.	99,99	458.805	-	-	-	(409)	(458.396)	-	-	-	-
Aveiro Incorporações Ltda.	99,99	56.044	-	-	-	(21.764)	-	(1.011)	33.269	-	33.269
Hotel Marco Internacional S.A.	13,90	7.667	-	-	-	495	-	2.352	10.514	-	10.514
JHSF Salvador Empreendimentos e Incorporações Ltda.	99,99	399.745	-	-	-	(11.759)	-	-	387.985	-	387.985
JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S.A.	99,99	320.405	-	-	-	(89.885)	-	-	230.519	-	230.519
Nova TH Empreendimentos e Incorporações	99,99	18.287	-	-	-	(249)	-	-	18.038	-	18.038
JHSF Porto Alegre Empreendimentos e Incorporações Ltda.	99,99	25	-	-	-	0	-	-	25	-	25
JHSF Engenharia Ltda.	99,99	2.871	-	-	-	(1.428)	-	-	1.443	-	1.443
Sustenta Comercializadora de Energia S.A.	99,99	7.283	-	-	-	(967)	-	(376)	5.939	-	5.939
Sustenta Telecomunicações Ltda.	100,00	9.371	-	-	-	991	-	-	10.362	-	10.362
JHSF USA, Inc.	0,00	1.768	-	-	-	(40)	-	-	(1.728)	-	-
JHSF NY, Inc.	0,00	51.115	-	(11.824)	-	(98)	-	-	(39.191)	-	-
JHSF NY II	0,00	4.011	-	11.659	-	14.362	-	-	(30.031)	-	-
Infinitum Incorporações Ltda.	100,00	10.323	-	-	-	(3.952)	-	-	6.370	-	6.370
JHSF Gestão de Investimentos Ltda.	99,94	(556)	-	-	-	(712)	-	1.398	729	-	729
JHSF Investimentos em Negócios Aeronáuticos Ltda	20,00	319	-	-	-	(129)	-	-	190	-	190
Capital Incorporações Ltda	0,00	20.656	980	-	-	(976)	-	-	(20.659)	-	-
Madras Global Limited	0,00	961	-	1.686	-	366	-	-	(3.014)	-	-
Torino Administradora de Bens Ltda	100,00	4.907	-	-	(2.706)	281	-	-	2.481	-	2.481
Jus Agendi Administradora de Bens Ltda.	100,00	2.503	-	-	3.564	536	-	-	6.602	-	6.602
JHSF Adm. do Catarina Aeroporto Exec S.A	100,00	43.562	112.130	-	758	(1.214)	-	-	155.235	-	155.235
Cortas Administradora de Bens S.A	99,99	-	-	-	-	(1.294)	-	1.294	-	1.293	1.293
Ipatinga SP Participações S.A	100,00	4.880	-	-	591	62	-	-	5.532	-	5.532
Ibidem Administradora de Bens Ltda.	100,00	1.980	-	-	-	71	-	-	2.050	-	2.050
Shopping Cidade Jardim	23,97	-	724	-	-	13.464	131.989	-	146.156	-	146.156
(-) Operações descontinuadas	-	-	-	-	-	(9.711)	-	-	(9.711)	-	-
Total		3.030.729	114.015	(12.294)	2.206	(101.971)	(326.427)	10.824	2.225.613	1.293	2.236.617

15. Imobilizado

Movimentação - 2016 - Controladora							
Item	Saldo em 2015	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2016	Taxa média % depreciação
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	8.218	-	-	-	(816)	7.401	10
Sistemas e Equipamentos de Informática	5.487	7.616	-	-	(3.586)	9.517	25
Móveis e Utensílios	1.083	-	-	-	(120)	963	10
Máquinas e Equipamentos	214	-	-	-	(107)	107	10
Adiantamento a Fornecedores	7.863	-	(6.174)	-	-	1.689	-
Outros	1.212	264	-	-	(31)	1.447	2
	24.078	7.880	(6.174)	-	(4.660)	21.124	

Movimentação - 2015 - Controladora							
Item	Saldo em 2014	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2015	Taxa média % depreciação
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	9.149	49	-	-	(980)	8.218	10
Sistemas e Equipamentos de Informática	2.900	4.633	-	-	(2.046)	5.487	25
Móveis e Utensílios	1.251	-	-	-	(168)	1.083	10
Máquinas e Equipamentos	243	-	-	-	(28)	214	10
Adiantamento a Fornecedores	15.896	-	(8.034)	-	-	7.863	-
Outros	563	671	-	-	(22)	1.213	2
	30.002	5.353	(8.034)	-	(3.244)	24.078	

Movimentação - 2016 - Consolidado							
Item	Saldo em 2015	Adições	Transferências (a)	Baixas	Depreciação	Saldos em 2016	Taxa média % depreciação
Veículos	64	-	-	-	(24)	40	20
Stand de Vendas	2.630	-	-	-	(1.801)	829	14
Móveis e Utensílios	4.519	356	-	-	(624)	4.251	10
Sistemas e Equipamentos de Informática	11.240	8.631	-	-	(4.317)	15.553	25
Hotel Marco Internacional	23.460	1.142	-	-	(952)	23.650	4
Máquinas e Equipamentos	24.381	-	-	(5.219)	(4.279)	14.884	10
Adiantamento a Fornecedores	51.526	9.740	(28.061)	-	-	33.206	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	13.854	-	-	-	(816)	13.038	10
Hotel Fasano Boa Vista	50.112	-	-	-	(2.433)	47.680	4
Terrenos	52.561	13.630	-	-	-	66.191	-
Imobilizações em Andamento	89.188	38.282	-	-	-	127.470	-
JHSF Uruguai - (b)	110.452	-	-	(110.452)	-	-	4
Aeroporto Catarina	329.425	59.863	-	-	-	389.288	-
JHSF NY II - (b)	401.131	-	-	(401.131)	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	(511.580)	-	-	511.583	-	-	-
	652.963	131.643	(28.061)	(5.219)	(15.247)	736.078	

Movimentação - 2015 - Consolidado							
Item	Saldo em 2014	Adições	Transferências (a)	Baixas	Depreciação	Saldos em 2015	Taxa média % depreciação
Aeronaves	17.407	-	-	(17.407)	-	-	10
Veículos	133	38	-	-	(107)	64	20
Stand de Vendas	4.396	-	-	-	(1.765)	2.630	10
Móveis e Utensílios	4.535	623	-	-	(638)	4.519	10
Sistemas e Equipamentos de Informática	3.748	11.370	-	-	(3.879)	11.240	25
Hotel Marco Internacional	10.596	22.065	-	-	(9.202)	23.460	4
Máquinas e Equipamentos	27.021	-	-	-	(2.639)	24.381	10
Adiantamento a Fornecedores	23.501	28.025	-	-	-	51.526	-
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	46.887	-	(31.080)	-	(1.953)	13.854	10
Hotel Fasano Boa Vista	52.543	-	-	-	(2.431)	50.112	4
Terrenos	52.564	-	-	-	-	52.564	-
Imobilizações em Andamento	85.561	11.391	-	-	(7.764)	89.188	-
JHSF Uruguai	74.672	-	-	-	-	110.452	4
Aeroporto Catarina	120.091	209.331	-	-	-	329.422	-
JHSF NY II	260.906	-	-	-	-	401.131	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	(511.583)	-
	784.562	282.844	(31.080)	(17.407)	(30.378)	652.962	

(a) A reclassificação refere-se a transferências para créditos diversos;

(b) As baixas referem-se à venda dos ativos no exterior conforme descrito na nota 12.

A política contábil relacionada aos ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 6(f).

Os juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures da parcela do endividamento utilizada na aquisição ou construção de bens do ativo imobilizado são alocados no custo dos referidos ativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante dos juros capitalizados no imobilizado foi de R\$23.043 (R\$45.066 em 2015).

16. Propriedades para investimento – PPI's

As propriedades mantidas para auferir aluguel e/ou valorização de capital são registradas como propriedades para investimentos. A mensuração das propriedades para investimentos é realizada pelo valor justo e são periodicamente revisados pela Companhia. A política contábil relacionada as propriedades para investimentos está descrita na nota explicativa 6(g).

	Consolidado		
	Propriedades em operação	Propriedades em construção	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2014	2.857.600	89.097	2.946.698
Adições	55.109	12.881	67.990
Variação no valor justo das propriedades	295.310	47.971	343.281
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	3.208.020	149.949	3.357.969
Adições	24.539	10.392	34.930
Baixas	-	(7.049)	(7.049)
Alienação de Propriedades (a)	(1.148.728)	-	(1.148.728)
Transferências (b)	-	54.259	54.259
Variação no valor justo das propriedades	59.470	(23.892)	35.578
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	2.143.301	183.659	2.326.959

(a) Valor referente à alienação de 33% do Shopping Cidade Jardim e de 100% do Shopping Metro Tucuruvi.

(b) Durante o exercício de 2016, a Companhia transferiu parcela referente ao Projeto Santiago da rubrica de Imobilizado para Propriedade para Investimento. A transferência foi motivada pela maturação do projeto quanto à definição das áreas a serem destinadas a auferir renda de locação.

As avaliações dos valores justos das propriedades para investimentos foram elaboradas pela Ernst (EY) de forma independente para os exercícios de 2016 e 2015. Para a estimativa de valor justo de cada shopping center foi adotada a abordagem de renda através do Método de Fluxo de Caixa Descontado sendo que a determinação das taxas de desconto de cada shopping center foi determinada de acordo com o custo de oportunidade para o empreendedor, considerando-se o nível de risco do empreendimento, ambos segundo metodologia da EY. A taxa de desconto utilizada baseou-se em transações de mercado divulgadas e desempenhos operacionais dos ativos, conforme o estágio operacional de cada shopping center e resultou na taxa real, em 2016 e 2015, variando entre 8,5% e 12% a.a. Na perpetuidade dos fluxos foi considerado crescimento real de 2,5% a.a (2% a.a., em 2015).

O valor potencial decorrente de futuras expansões, tanto dos shopping centers em operação como dos shopping centers em desenvolvimento, foram considerados nos fluxos de caixas estimados, no

entanto, não foram considerados incrementos provenientes de alterações de mix de ocupação dos Shopping Centers.

Os juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures da parcela do endividamento utilizada na construção das propriedades para investimentos são alocados no custo dos referidos ativos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 o montante dos juros capitalizados nas propriedades para investimento foi de R\$13.155 (R\$35.985 em 2015).

Em 12 de setembro de 2016 a Companhia celebrou carta-proposta apresentada por sociedade controlada por Hemisfério Sul Investimentos S.A. ("HSI"), relativa à venda de 100% da Controlada Companhia Metro Norte, concessionária do Shopping Metro Tucuruvi pelo preço de R\$440.000, sujeito a eventuais ajustes. Em 3 de Outubro de 2016 a Companhia celebrou "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" (o "Contrato") com REC 2015 Empreendimentos e Participações IV S.A., sociedade controlada por Hemisfério Sul Investimentos S.A., relativo a venda de 100% do Shopping Metro Tucuruvi (a "Transação").

Conforme divulgado em "Fato Relevante" de 21 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a alienação de 100% das ações de sua controlada Companhia Metrô Norte, detentora das operações do Shopping Metrô Tucuruvi.

No dia 29 de dezembro de 2016, a Companhia concluiu a venda de 33% do imóvel onde realizam-se as operações do Shopping Cidade Jardim.

Abaixo demonstramos o resultado contábil apurado nas duas operações:

	Metrô Tucuruvi	Shopping Cidade Jardim - 33%	Total
Valor de Venda	415.000	410.000	825.000
Custos:			
Custo histórico do investimento	(84.564)	(235.162)	(319.726)
Valor justo líquido acumulado	(293.551)	(177.866)	(471.417)
Abatimento de dívidas	(217.821)	-	(217.821)
Outros ajustes de preço	(19.986)	-	(19.986)
Reversão de imposto diferido sobre valor justo	-	87.324	87.324
Custo Total	(615.922)	(325.704)	(941.626)
Resultado da Operação	(200.922)	84.296	(116.626)

17. Ativos intangíveis e ágio

A política contábil relacionada aos ativos intangíveis e ágio está descrita nas notas explicativas 6(h) e os saldos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	2016	2015
Hotel Marco Internacional S.A. (a)	2.424	2.424
JHSF Gestão de Investimentos	358	358
Hotel Marco Internacional S.A. (b)	10.844	10.844
Restaurantes Fasano (c)	24.512	24.512
Ágio na aquisição de investimentos	38.138	38.138
 Marcas e patentes	 46.746	 47.025
Pontos comerciais	18.785	18.785
Concessões comerciais	3.000	3.000
Direitos de superfície	1.942	1.941
Outros	87	124
(-) Amortização	(20.705)	(19.556)
Total	87.993	89.458

(a) Em 21 de janeiro de 2008, foram adquiridas 4.191.715 ações ordinárias nominativas do Hotel Marco Internacional S.A., representando 13,9% do capital deste;

(b) Ágio decorrente da aquisição de participação de 86,1% pela controlada Hotéis Fasano & Resorts S.A. no Hotel Marco Internacional S.A e representa 60% de participação da companhia nessa controlada;

(c) Ágio por expectativa de rentabilidade futura constituído no momento da aquisição dos restaurantes da marca Fasano;

Os saldos foram submetidos ao teste de impairment, não tendo sido constatada a necessidade da realização de ajuste para desvalorização em 31 de dezembro de 2016. A apuração do valor recuperável foi efetuada segundo o disposto na nota explicativa 6 (i).

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

18.1 Empréstimos e financiamentos

	Indexador	Taxa de juros - %	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
Instituições financeiras (a)	CDI	3,97%	388.727	312.404	566.434	545.714
Cartão Corporativo - BB	Pré	22,17%	-	38.481	-	38.481
BNDES (b)	TJLP	4,13%	-	-	133.554	213.664
BNDES (b)	UMBDES	3,95%	-	-	57.434	82.072
BNDES (b)	Pré	8,70%	-	-	1.618	3.903
BNDES (b)	SELIC	3,15%	-	-	-	32.640
Empréstimos no exterior	LIBOR	2,76%	-	-	-	693.950
BNDES (b)	IPCA	3,99%	-	-	56.737	-
			388.727	350.885	815.777	1.610.424
Custo com Empréstimos à amortizar			(19.553)	(21.532)	(23.596)	(27.013)
Saldo líquido			369.174	329.353	792.181	1.583.411
Passivos destinados à venda			-	-	-	(692.229)
Saldo líquido			369.174	329.353	792.181	891.182
Circulante			79.204	62.218	196.194	291.732
Principal			125.714	60.500	239.760	361.765
Juros			(44.940)	1.718	(40.953)	14.774
(-) Custos			(1.570)	-	(2.613)	(1.811)
Passivos destinados à venda			-	-	-	(82.996)
Não Circulante			289.970	267.135	595.987	599.450
Principal			307.952	288.667	601.520	1.233.808
Juros			-	-	15.450	-
(-) Custos			(17.983)	(21.532)	(20.983)	(25.125)
Passivos destinados à venda			-	-	-	(609.233)

- (a) Em 22 de setembro de 2015, a Companhia contratou linha de crédito de R\$288.667, com custo atrelado ao CDI, amortização mensal de juros, carência de principal de 30 meses e amortização do principal em 42 parcelas mensais iguais e consecutivas, iniciando em Março de 2018 e com término em Agosto de 2021 para antecipação do pagamento de linhas de financiamentos vincendas entre 2015 e 2017, tendo como garantias hipotecas imobiliárias. E em setembro de 2016, a Companhia contratou linha de crédito de R\$45.000, com custo indexado ao CDI + 5,50% a.a., amortização mensal de juros, e o principal a partir de setembro de 2017 com término em março de 2018; E em 26 de setembro de 2016, a Companhia contratou linha de crédito de R\$100.000, com custo indexado ao CDI + 3,55% a.a., amortização em parcela única em janeiro de 2017;
- (b) Empréstimos em reais, captados junto ao BNDES. Esses empréstimos foram concedidos para financiamento dos empreendimentos: Expansão do Shopping Cidade Jardim, Shopping Bela Vista, Shopping Metrô Tucuruvi, Shopping Ponta Negra e Aeroporto Executivo Catarina, tendo como garantia, quando aplicável, garantia hipotecária dos próprios empreendimentos;
- (c) Empréstimos obtidos pelas controladas 815 Fifth Avenue LCC, JHSF NY II Inc; 05212014 Inc. e Madras Global Ltd. para aquisição de imóvel, tendo como garantia o próprio empreendimento imobiliário e JHSF Uruguay, R\$34.167, para ser utilizado como capital de giro da Companhia, com o aval da JHSF Participações S/A. Em setembro de 2016 foi concluída alienação das controladas que detinham empréstimos no exterior conforme mencionado na nota explicativa12.

As parcelas do não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017	-	-	-	372.917
2018	88.016	68.730	204.634	239.205
2019	82.476	82.476	131.878	374.362
2020	82.476	82.476	118.505	113.243
Após 2020	54.984	54.984	161.953	134.081
	307.953	288.667	616.970	1.233.808
(-) Custo	(17.983)	(21.532)	(20.983)	(25.125)
Saldo líquido	289.970	267.135	595.987	1.208.683
Passivos destinados à venda	-	-	-	(609.233)
Saldo líquido	289.970	267.135	595.987	599.450

18.2 Debêntures

	Indexador	Remuneração (Juros)	Controladora		Consolidado	
			2016	2015	2016	2015
4ª Emissão de Debêntures simples (a)	CDI	1,75% a.a	81.894	245.981	81.894	245.981
5.ª emissão + 1.ª emissão das controladas (b)	CDI	2,70% a.a	301.732	301.517	633.638	804.046
(-) Custos com 4ª emissão de Debêntures			(1.306)	(1.408)	(1.306)	(1.408)
(-) Custos com 5ª emissão + 1.ª emissão de			(12.747)	(14.534)	(18.102)	(22.988)
			369.573	531.556	696.124	1.025.630
Circulante			82.247	204.191	84.121	268.156
Principal			78.750	195.000	78.762	233.340
Juros			4.876	11.248	6.781	37.936
(-) Custos			(1.379)	(2.057)	(1.422)	(3.120)
Não Circulante			287.326	327.365	612.003	757.474
Principal			300.000	341.250	630.000	778.750
Juros			-	-	-	-
(-) Custos			(12.674)	(13.885)	(17.997)	(21.276)

- (a) Em 26 de março de 2012 a Companhia concluiu a 4ª emissão de 350 (trezentos e cinquenta) debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, com garantia fidejussória ("Debêntures"), para distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM no. 476/09. O valor total da emissão foi de R\$ 350.000, com vencimento em cinco anos contados a partir da data de emissão, com seis amortizações semestrais.
- (b) Em 18 de dezembro de 2013 foram concluídas as seguintes operações de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia real adicional, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09: 5ª emissão de debêntures da JHSF Participações S.A no valor de R\$ 300.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Administradora de Empreendimentos e Serviços no valor de R\$ 15.000; 1ª emissão de debêntures da Sustenta Comercializadora de Energia S.A no valor de R\$ 20.000; 1ª emissão de debêntures da Sociedade Administradora de Estacionamentos e Serviços S.A no valor de R\$ 10.000; 1ª emissão de debêntures da JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações S. A no valor de R\$ 94.000; 1ª emissão de debêntures do Shopping Cidade Jardim S.A no valor de R\$ 140.000; 1ª emissão de debêntures do Vila Catarina Shopping S.A no valor de R\$ 51.000; 1ª emissão de debêntures da Companhia Metro Norte no valor de R\$ 170.000. Todas as operações acima contam com 30 meses de carência de principal contados da emissão, com amortizações programadas semestrais, sendo a primeira em 18/06/2018 e a última em 18/12/2023.

Em 16 de junho de 2016 a Companhia efetuou a ampliação do período de carência para amortização do principal da 5ª Emissão, passando de dois para quatro anos, com início da amortização do principal, de R\$800 milhões, em 12 parcelas semestrais, sendo a primeira em junho de 2018 e última amortização em dezembro de 2023 e a mudança do spread anual contratado, com incremento de 70 basis points, passando a CDI+3,4% a.a.

As parcelas do não circulante das emissões têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Controladora		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
2017	-	116.250	-	178.750
2018	50.000	37.500	105.000	100.000
2019	50.000	37.500	105.000	100.000
2020	50.000	37.500	105.000	100.000
Após 2020	150.000	112.500	315.000	300.000
Total	300.000	341.250	630.000	778.750
Custo	(12.674)	(13.885)	(17.997)	(21.276)
Saldo líquido	287.326	327.365	612.003	757.474

18.2.1 Cláusulas contratuais "covenants"

As debêntures possuem cláusulas restritivas, determinando alguns compromissos assumidos pela Companhia, que podem acarretar vencimento antecipado dos títulos, conforme abaixo demonstradas:

- Descumprimento de qualquer obrigação, pecuniária ou não, prevista na escritura de emissão das debêntures;
- Anulação, nulidade, inexecutabilidade ou questionamento, judicial ou extrajudicial, pela Interviente Garantidora e/ou por seus acionistas da garantia fidejussória ora pactuada;
- Inadimplemento ou vencimento antecipado não sanado em prazo previsto de qualquer dívida da emissora, de valor igual ou superior a R\$30.000, sem a devida contestação e comprovação da obrigação;
- Alteração do objeto social mudando substancialmente as atividades praticadas atualmente; e
- Protesto legítimo de títulos de valor igual ou superior a R\$10.000 sem devida resolução em até 5 (cinco) dias úteis.

A Companhia acompanha periodicamente o cumprimento das cláusulas contratuais de acordo com as regras contratuais (Dívida Líquida/PL<=1). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram observadas evidências de descumprimentos das cláusulas contratuais.

19. Obrigações com parceiros em empreendimentos

No terceiro trimestre de 2013, a Companhia constituiu sociedades por conta de participação (SCP's) com o objeto principal de participação em Sociedade de Propósito Específico do empreendimento denominado Fazenda Boa Vista. Estas SCP's receberam um aporte de R\$ 125.304, o que gerou uma coobrigação de participação de 13,66% sobre as vendas líquidas das unidades imobiliárias envolvidas na transação. Os participantes das SCP's receberam uma rentabilidade mínima mensal garantida de IPCA + 1% a.a, com vencimento final em 22 de julho de 2021. A composição do saldo está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2016	2015
JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista	125.304	125.304
Juros / (-) amortizações	7	7
	125.311	125.311
Custos a amortizar	(2.829)	(3.349)
	122.482	121.962
Circulante	26.431	21.929
Não circulante	96.051	100.033

As parcelas do circulante e do não circulante, tem o seguinte cronograma de pagamento:

Ano	Consolidado	
	2016	2015
2016	-	19.098
2017	19.098	19.098
2018	19.098	19.098
2019	19.150	19.150
Acima de 2019	67.965	48.869
	125.311	125.311
Custo à amortizar	(2.829)	(3.349)
Total	122.482	121.962

20. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A política contábil relacionada aos impostos e contribuições está descrita na nota explicativa 6(p) e os saldos contábeis relacionados aos impostos diferidos estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos e contribuições diferidos (PIS, Cofins, IRPJ e CSLL)	33.587	(18.533)	15.054	40.882	(59.620)	(18.738)
(IRPJ e CSLL - Valor justo PPI's)	-	(477.808)	(477.808)	-	(669.398)	(669.398)
Total	33.587	(496.341)	(462.754)	40.882	(729.018)	(688.136)
Circulante	-	(18.533)	(18.533)	-	(31.854)	(31.854)
Não Circulante	33.587	(477.808)	(444.221)	40.882	(697.164)	(656.282)

Em 31 de dezembro de 2016 suas a Companhia e suas investidas possuem base de prejuízo fiscal e contribuição negativa de R\$117.35 (R\$105.363 em 2015), gerados pelas operações de shoppings, para aproveitamento futuro, para os quais foram constituídos Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos ativos, pela expectativa da Administração de geração de resultado tributável nos próximos anos, que serão capazes de absorver o prejuízo fiscal constituído. O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi R\$33.587 (R\$40.882 em 2015). O restante do saldo de impostos diferidos ativo foi constituído sobre outras naturezas como Ajuste a Valor Presente e PECLD.

A utilização dos créditos tributários deve seguir o seguinte cronograma:

Ano	Valor
2017	5.688
2018	5.688
2019	4.047
2020	6.736
2020 até 2023	11.428
Total	33.587

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui R\$840.991 (R\$688.630 em 2015) de base de prejuízo fiscal e contribuição negativa, das demais operações da Companhia, para os quais nenhum crédito tributário foi constituído no balanço patrimonial, pois a Administração não tem expectativa de geração de lucro tributável suficiente para absorver os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases negativas.

A Companhia reconhece no seu balanço patrimonial os tributos diferidos passivos relacionados às diferenças temporárias tributáveis, cujos saldos em 31 de dezembro de 2016 são de R\$24.422 (R\$61.764 em 2015).

Valores reconhecidos no resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<i>Resultado antes do IRPJ e CSLL</i>	(346.517)	104.302	(314.387)	246.376
<i>Resultado de participações societárias</i>	92.260	(157.432)	(2.710)	217
<i>Ajuste a Valor Justo</i>	-	-	(35.578)	(313.861)
<i>Ajuste a Valor Presente</i>	-	-	(448)	(1.814)
<i>Outras Adições / Exclusões</i>	154.804	(48.119)	355.185	90.273
<i>Base de cálculo do Lucro Real</i>	(99.453)	(101.249)	2.062	21.191
<i>Alíquota aplicável</i>	34%	34%	34%	34%
<i>Débito fiscal apurado pelo Lucro Real</i>	-	-	(701)	(7.205)
<i>Base de cálculo do RET</i>	-	-	21.845	146.232
<i>Alíquota aplicável</i>	1,92%	1,92%	1,92%	1,92%
<i>Débito fiscal apurado pelo RET</i>	-	-	(419)	(2.808)
<i>Base do Lucro Presumido</i>	-	-	16.307	29.057
<i>Alíquota aplicável</i>	34%	34%	34%	34%
<i>Débito fiscal apurado pelo Lucro Presumido</i>	-	-	(5.544)	(9.879)
<i>Impostos de operações descontinuadas</i>			392	5.735
<i>Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos</i>	87.324	-	60.371	(95.782)
<i>IR e CSLL Diferido s/ AVP</i>	-	-	152	(617)
<i>IR e CSLL Diferido s/ depreciação fiscal</i>	-	-	(22.932)	(27.123)
<i>IR e CSLL Diferido s/ prejuízo fiscal</i>	-	-	7.924	35.824
<i>IR e CSLL Diferido s/ valor justo (a)</i>	87.324	-	75.227	(103.866)
TOTAL	87.324	-	54.098	(109.939)

(a) Refere-se à reversão de provisão para imposto diferido sobre o valor justo da propriedade para investimento contabilizado na Controladora, conforme nota 16.

21. Adiantamento de clientes e cessão de direito de uso

	Consolidado	
	2016	2015
Recebimento por venda de imóveis superiores a receita apropriada	8.700	17.258
Cessão de direitos de uso – Shoppings	22.022	39.389
Aeroporto executivo catarina	68.732	68.732
Outros	7.326	4.929
Adiantamento para aquisição de terrenos	28.463	-
Distratos à pagar	22.681	-
Passivos disponíveis para venda	-	(1.053)
	157.923	129.255
Circulante	76.933	101.196
Não Circulante	80.990	28.059

A política contábil relacionada aos adiantamentos de clientes referentes aos recebimentos por venda de imóveis superiores às receitas apropriadas está descrita na nota explicativa 6(e).

Alguns contratos de locação de lojas nos shoppings centers preveem pagamentos a título de cessão de direito de uso do espaço locado nos shoppings que são apropriados ao resultado pelo método linear, de acordo com o prazo da locação, que é em média 5 anos, a contar da data de início dos aluguéis. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui R\$19.205 (R\$39.389 em 2015) que serão reconhecidos no resultado dos exercícios a seguir relacionados:

Ano	Consolidado	
	2016	2015
2016	-	15.360
2017	6.474	14.874
2018	5.646	5.521
2019	3.425	2.339
2020	3.157	1.295
Acima de 2020	3.320	-
Total	22.022	39.389

A Companhia recebeu a título de adiantamento para projetos de infraestrutura no Aeroporto Catarina, o montante de R\$68.732, para viabilização do projeto.

22. Provisão para demandas judiciais

Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia fica exposta a certos riscos, que incluem processos judiciais em discussão. Conforme descrito na nota explicativa 6(m), a Companhia realiza a provisão para contingências sempre que for provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhistas e tributárias	Cíveis	Total	Trabalhistas e tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	114	-	114	23.864	2.772	26.636
Provisão / (reversão) 2015	(99)	119	20	1.591	(1.840)	(249)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	15	119	134	25.455	932	26.387
Provisão / (reversão) 2016	(15)	(119)	(134)	(2.678)	(476)	(3.154)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	22.777	456	23.233

As empresas são partes em outros processos litigiosos decorrentes do curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível, e consequentemente nenhuma provisão foi constituída. O montante e as movimentações para esses processos estão demonstradas a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	8.476	24	23.924	32.424
Movimentações 2015	2.401	(24)	37.557	39.934
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.877	-	61.481	72.358
Movimentações 2016	10.209	35.835	76.807	122.851
Saldos em 31 de dezembro de 2016	21.086	35.835	138.288	195.209

23. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da companhia totalizou o montante de R\$914.183, representado por 525.000.000 ações ordinárias nominativas.

Ações em tesouraria

Referem-se a ações ordinárias adquiridas no contexto do 1º plano de aquisição de ações próprias, encerrado em 19 de outubro de 2009, para manutenção em tesouraria, cancelamento, posterior alienação ou podendo ser utilizadas para atender a eventual exercício do “Plano de Opção de Compra de Ações”. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia possui 133.303 ações em tesouraria. Considerando o preço da última cotação da ação antes do encerramento do exercício, que foi de R\$1,41, o valor de mercado dessas ações seria R\$188.

Reservas de Capital

Referem-se ao registro de opções de ações outorgadas à Administração e empregados, decorrentes do plano de compra de ações - vide nota 6(o).

Reservas de lucro/legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício.

A reserva para retenção de lucro corresponde ao lucro remanescente, após a destinação para reserva legal e da proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. Visa principalmente, atender aos planos de investimento previstos em orçamento de capital para o desenvolvimento de novos negócios.

Reservas de lucro a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto social da Companhia ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de Administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores:

(i) O resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

(ii) O lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor justo, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social (propriedades para investimentos).

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

- O decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências e da parcela do lucro não realizado; e
- O acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

	Controladora	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício - Controladora	(259.193)	104.302
(-) Constituição de reserva legal - 5%	-	(5.215)
Resultado do exercício após a constituição da reserva legal	(259.193)	99.087
Outras reservas		
(+) Realização de Valor Justo Líquido	471.417	-
(-) Reserva de lucro a realizar	-	(209.995)
Resultado do exercício após a constituição/reversão das reservas	212.224	(110.908)
Dividendos mínimos obrigatórios	53.056	-
Lucro (prejuízo) a disposição da Assembléia	159.168	(110.908)

Participação dos acionistas não controladores

Composição do passivo

	% Participação		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Hotéis Fasano & Resorts S.A.	40,00	40,00	23.964	23.964
Outros	-	-	(11.382)	(4.085)
Total			12.582	19.879

Composição do Resultado

	% Participação		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Hotéis Fasano & Resorts S.A.	40,00	40,00	1.228	1.000
Outros	-	-	1.781	361
Total			3.009	1.361

24. Lucro bruto operacional

	Consolidado	
	2016	2015
Receita bruta operacional		
Incorporações	(46.440)	196.765
Shoppings Centers e Locações Comerciais	286.604	271.869
Hotéis e Restaurantes	193.265	204.607
Outros negócios	693	22.220
	434.122	695.461
Deduções da receita bruta	(48.920)	(55.074)
Incorporações	754	(6.268)
Shoppings Centers e Locações Comerciais	(35.180)	(37.325)
Hotéis e Restaurantes	(16.496)	(11.481)
Outros negócios	2.002	
(-) Receitas das operações descontinuadas (Nota 12)	(639)	(9.426)
Receita líquida operacional	384.563	630.961
Custo das vendas e serviços realizados		
Incorporações	(22.847)	(142.918)
Shoppings Centers e Locações Comerciais	(62.569)	(63.345)
Hotéis e Restaurantes	(144.980)	(161.916)
Outros negócios	(3.531)	(7.623)
(-) Custo das operações descontinuadas (Nota 12)	2.808	16.761
	(231.119)	(359.040)
Lucro bruto operacional	153.444	271.921

25. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal	(20.200)	(20.032)	(47.145)	(38.140)
Ocupação	(747)	(1.751)	(6.802)	(6.948)
Serviços profissionais	(9.409)	(5.377)	(20.641)	(21.497)
Manutenções e materiais	(831)	(695)	(1.270)	(4.358)
Seguros	(238)	(97)	(332)	(314)
Despesas com Viagens	(447)	(231)	(2.328)	(1.623)
Outras despesas administrativas	(1.460)	(1.566)	(8.595)	(9.259)
Depreciação e Amortização	(4.660)	(315)	(8.593)	(1.911)
(-) Despesas das operações descontinuadas (Nota 12)	-	-	1.691	2.435
Lucro bruto operacional	(37.993)	(30.064)	(94.014)	(81.613)

26. Despesas comerciais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Propaganda e Publicidade	(522)	(410)	(6.896)	(6.403)
Comissões de vendas	-	-	(4.860)	(7.612)
Marketing	(51)	(764)	(135)	(1.334)
Estande de vendas	-	-	(1.745)	(2.009)
Outras Comerciais	(155)	(252)	(5.697)	(8.279)
(-) Despesas das operações descontinuadas (Nota 12)	-	-	18	327
	(728)	(1.426)	(19.316)	(25.310)

27. Outras receitas e (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Plano de outorga de ações	(7.279)	(4.788)	(7.279)	(4.788)
Provisão (reversão) de perda estimada com cliente	(7.379)	-	(21.171)	(25.935)
Resultado de alienação Imobiliária	-	1.529	-	1.529
Depreciação e Amortização	-	(3.324)	(4.310)	(8.034)
Obrigações Contratuais	-	-	-	(1.184)
Contribuições e doações	-	(435)	-	(653)
Provisão para Contingências	134	(19)	3.154	(509)
Resultado de Alienação de Participações Societárias	(66.308)	-	(66.308)	2.574
Recuperação de despesas de projetos	9.014	28.066	-	-
Lucros na Alienação do Imobilizado	(5.579)	-	(5.418)	-
Outros	13.314	(1.029)	9.197	9.084
(-) Despesas das operações descontinuadas (Nota 12)	(125.206)	-	(139.541)	7.570
	(189.289)	20.000	(231.676)	(20.346)

- (a) Refere-se principalmente ao resultado negativo da venda da Companhia Metro Norte, no valor de R\$200.739, ganho na venda das entidades sediadas no exterior no valor de R\$125.206 e perda de R\$3.028 referente aos 33% do Shopping Cidade Jardim.
- (b) Refere-se aos reembolsos de custos e despesas de projetos de suas controladas à Holding.

28. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas Financeiras				
Receitas de Aplicações Financeiras	3.035	12.165	4.175	12.559
Outras receitas financeiras	4.422	17.950	19.380	47.319
(-) Receita financeira das operações descontinuadas (Nota 12)	-	-	(1.146)	(852)
	7.457	30.115	22.409	59.026
Despesas Financeiras				
Atualização sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(125.419)	(66.428)	(247.307)	(234.993)
Outras despesas Financeiras	(33.491)	(5.328)	(62.921)	(40.101)
(-) Despesa financeira das operações descontinuadas (Nota 12)	-	-	1.500	4.148
	(158.910)	(71.755)	(308.728)	(270.946)
Resultado Financeiro líquido	(151.453)	(41.640)	(286.319)	(211.920)

29. Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda.

Os riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites, e a Companhia e suas controladas não realizam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com finalidade especulativa. Os quadros a seguir demonstram os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial da controladora e do consolidado:

	Controladora					Controladora				
	2016					2015				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo no resultado	Custo amortizado	Disponível para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo no resultado	Custo amortizado	Disponível para venda	Total
Ativos										
Aplicações financeiras	-	59.273	-	-	59.273	-	20.140	-	-	20.140
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	13.780	13.780	-	4.773	-	20.872	25.645
Contas a receber	333.025	-	-	-	333.025	74.774	-	-	-	74.774
Créditos com partes relacionadas	47.101	-	-	-	47.101	17.942	-	-	-	17.942
Total dos instrumentos ativos	380.126	59.273	-	13.780	453.179	92.716	24.913	-	20.872	138.501
Passivos										
Fornecedores	-	-	5.055	-	5.055	-	-	2.182	-	2.182
Empréstimos e financiamentos	-	-	388.727	-	388.727	-	-	350.885	-	350.885
Debêntures	-	-	383.626	-	383.626	-	-	547.498	-	547.498
Débitos com partes relacionadas	-	-	99.532	-	99.532	-	-	84.329	-	84.329
Total dos instrumentos passivos	-	-	876.940	-	876.940	-	-	984.894	-	984.894

	Consolidado					Consolidado				
	2016					2015				
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo no resultado	Custo amortizado	Disponível para venda	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo no resultado	Custo amortizado	Disponível para venda	Total
Ativos										
Aplicações financeiras	-	60.099	-	-	60.099	-	20.364	-	-	20.364
Títulos e valores mobiliários	-	20.751	-	17.785	38.536	-	18.716	-	20.872	39.588
Contas a receber	669.205	-	-	-	669.205	590.970	-	-	-	590.970
Créditos com partes relacionadas	42.970	-	-	-	42.970	16.989	-	-	-	16.989
Total dos instrumentos ativos	712.175	80.850	-	17.785	810.810	607.959	39.080	-	20.872	667.911
Passivos										
Fornecedores	-	-	50.626	-	50.626	-	-	97.042	-	97.042
Empréstimos e financiamentos	-	-	815.776	-	815.776	-	-	1.610.424	-	1.610.424
Debêntures	-	-	715.532	-	715.532	-	-	1.050.026	-	1.050.026
Obrigações com parceiros em empreendimentos	-	-	125.311	-	125.311	-	-	125.311	-	125.311
Débitos com partes relacionadas	-	-	95.230	-	95.230	-	-	116.431	-	116.431
Total dos instrumentos passivos	-	-	1.802.475	-	1.802.476	-	-	2.999.234	-	2.999.234

Gerenciamento de riscos

Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha. A exposição dos recebíveis é restrita a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua.

Risco de taxas de juros

A Administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contabilizados como títulos e valores mobiliários referentes ao JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista são registrados pelo valor justo de acordo com sua cotação em mercados ativos. Os saldos referentes aos Fundos de Investimento Imobiliário JHSF Catarina Corporate e JHSF Catarina Corporate Berlim estão registrados de acordo com a cotação de ativos similares.

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures não apresentam variação significativa em relação ao seu valor justo, com taxas compatíveis com as praticadas atualmente e estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos aluguéis a receber foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do IGPM em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário 2	Cenário 3
Aluguéis a receber	IGPM	7,50%	5,63%	3,75%
Posição em 31/12/2016 = R\$ 33.056		2.479	1.859	1.240

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos recebíveis foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do INCC em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculado o montante, não levando em consideração o AVP e livre de eventuais atualizações programadas para 2017.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário 2	Cenário 3
Contas a receber	INCC	4,40%	3,30%	2,20%
Posição em 31/12/2016 = R\$ 301.744		13.277	9.958	6.638

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do câmbio para os recebíveis em dólar, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do dólar em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculado o montante, livre de eventuais atualizações programadas para 2017.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário 2	Cenário 3
Contas a receber em US\$	Dólar	3,40	3,15	2,90
Posição em 31/12/2016 = R\$ 41.398 (US\$12.738)		43.309	40.125	36.940

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador dos empréstimos, financiamentos e debêntures, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI, da TJLP, UMBNDES e IPCA, em 31 de dezembro de 2016, foram definidos cenários prováveis para o ano de 2017 e, a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta decorrente do indexador não levando em consideração o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A análise dos cenários não apresenta efeitos imediatos no caixa da Companhia.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário 2	Cenário 3
Debêntures – taxa sujeita a variação	CDI	9,13%	11,41%	13,70%
Posição em 31/12/2016 = R\$ 715.531		65.328	81.642	98.028
Empréstimos com BNDES – taxa sujeita a variação	TJLP	7,50%	9,38%	11,25%
Posição em 31/12/2016 = R\$ 133.564		10.017	12.527	15.025
Empréstimos com BNDES – taxa sujeita a variação	UMBNDDES	7,00%	8,75%	10,50%
Posição em 31/12/2016 = R\$ 57.433		4.020	5.025	6.030
Empréstimos no Brasil – taxa sujeita a variação	CDI	9,13%	11,41%	13,70%
Posição em 31/12/2016 = R\$ 566.434		51.715	64.630	77.601
Empréstimos no Brasil – taxa sujeita a variação	IPCA	4,40%	5,50%	6,60%
Posição em 31/12/2016 = R\$ 56.737		2.496	3.121	3.745
Totais		133.577	166.945	200.429

Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo conforme descrito na nota 4 (mensuração a valor justo).

Descrição	Nível de hierarquia	Controladora		Consolidado	
Ativos Financeiros		2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras	2	59.273	20.140	60.098	20.364
Títulos e Valores Mobiliários					
JHSF Catarina Corporate - FII	2	8.431	16.643	10.295	16.643
JHSF Catarina Corporate Berlim	2	5.349	4.229	7.490	4.229
JHSF Rio Bravo Fazenda Boa Vista	1	-	4.773	20.751	18.716
Totais		73.053	45.785	98.635	59.952

30. Seguros

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui cobertura de seguro para os riscos destacados a seguir e essas coberturas são consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais danos aos seus ativos e negócios.

Resumo de seguro por Modalidade	Valores em R\$
Riscos de Engenharia	267.935.748
Responsabilidade Civil Geral	141.921.174
Riscos Nomeados -Multirisco	1.239.680.010
Garantia	37.694.468
Total em R\$	1.687.231.400

Total em USD	Valores em USD
D&O - Expresso em USD	25.000.000
Total em USD	25.000.000

31. Plano de opção de compra de ações

Nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, do Estatuto Social, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com Plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração pode aprovar a outorga de opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia e, ainda, a pessoas naturais que prestem serviços, sem direito de preferência para os acionistas.

No âmbito do plano de opções o Conselho de Administração aprovou até 31 de dezembro de 2016 treze outorgas de opções de compra de ações aos seus administradores, empregados e prestadores de serviço, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviço de sociedades controladas pela Companhia.

Os volumes outorgados poderão ser exercidos pelos beneficiários a razão de 25% a cada período de 12 meses de carência até o prazo limite de 6 anos da data da outorga. O preço de exercício será atualizado com base na variação do IPCA medido entre o mês da outorga e o mês do efetivo exercício da opção.

No transcorrer do quarto trimestre de 2016, a Companhia efetuou o cancelamento do 9º Programa de Outorga de Ações, tendo em vista que as ações atingiram o prazo limite de 6 anos da data de outorga.

A Companhia estimou o valor justo das opções nas datas das outorgas e reconheceu como despesa em cada período parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos. Considerando a inexistência de transações equivalentes no mercado a companhia utilizou-se do método Black & Scholes para estimar o valor justo das opções em cada outorga. Os detalhes de cada outorga e os valores apurados e reconhecidos nas demonstrações contábeis estão demonstrados abaixo:

Programa	9ª Outorga	10ª Outorga	11ª Outorga	12ª Outorga	13ª Outorga	Total
Prazo de exercício	20/10/2016	10/04/2018	13/08/2019	12/05/2020	31/01/2024	
Outorgadas	211.431	645.077	1.200.000	2.080.000	9.148.285	13.284.793
(-) Canceladas	(202.239)	(521.111)	(200.000)	-	-	(923.350)
(-) Exercidas	(9.192)	(106.378)	-	-	-	(115.570)
Saldo de ações	-	17.588	1.000.000	2.080.000	9.148.285	12.245.873
Libre para exercício em 31/12/2016	-	17.588	750.000	1.040.000	-	1.807.588
Apropriado 2016	810	2.606	348	767	2.747	7.279
Preço de Exercício Atualizado em 31/12/2016	5,72	7,53	7,31	4,68	1,60	-
Valor de mercado da ação em 31/12/2016 - R\$	1,41	1,41	1,41	1,41	1,41	-

Apresentamos abaixo a movimentação do plano de outorga de ações:

Programa	2016	Movimentação	2015
Outorgadas	13.284.793	9.741.834	3.542.959
(-) Canceladas	(923.350)	(714.160)	(209.190)
(-) Exercidas	(115.570)	(106.378)	(9.192)
Saldo de ações	12.245.873	8.921.296	3.324.577

As opções de ações da Companhia em poder de seus administradores e funcionários não geraram efeito diluidor no cálculo de lucro diluído por ação, conforme observado na nota 32, pois, dados os preços de exercícios e o preço da ação no mercado, não há expectativa de exercício, no curto prazo, destas opções.

32. Lucro líquido (básico e diluído) por ação

O resultado por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação.

O quadro com a movimentação das ações está demonstrado abaixo:

	Data	Ações emitidas	Ações em tesouraria	Ações totais com os acionistas
Saldo em 31 de dezembro de 2014		432.269.894	133.303	432.136.591
Emissão de novas ações	28/05/2015	92.730.106	-	92.730.106
Saldo em 31 de dezembro de 2015		525.000.000	133.303	524.866.697
Emissão de novas ações		-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		525.000.000	133.303	524.866.697

De acordo com a movimentação das ações acima apresentadas, foram calculados os resultados, básico e diluído, por ação conforme quadro abaixo:

	Controladora	
	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(259.193)	104.302
Média ponderada de ações	525.000.000	487.399.847
Efeitos potenciais de subscrição de opções de ações	-	-
Média ponderada das ações diluidoras	525.000.000	487.399.847
Lucro (prejuízo) básico por ação	(0,494)	0,214
de operação continuada	(0,751)	0,269
de operações descontinuadas	0,257	(0,055)
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,494)	0,214
de operação continuada	(0,751)	0,269
de operações descontinuadas	0,257	(0,055)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não tivemos opções de ações exercidas que afetaram os cálculos de média ponderada e consequentemente o lucro diluído.

33. Empreendimentos em construção – informações e compromissos

Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados e os adiantamentos recebidos na rubrica “Adiantamento de clientes”. A Companhia apresenta informações acerca dos empreendimentos em construção:

	Consolidado	
	2016	2015
Receita de vendas contratadas a apropriar	6.053	26.426
(-) Compromissos de construção com unidades vendidas	(3.482)	(15.154)

34. Informações por segmento

A Companhia possui quatro segmentos por negócio: Renda Recorrente, Incorporação Imobiliária, Hotéis e Restaurantes, Escritório central administrativo (Holding).

As principais informações financeiras de cada segmento para o exercício de 2016 estão demonstradas abaixo:

Ativos e Passivos:

	Incorporações		Renda recorrente		Hotéis e restaurantes		Holding		Totais	Totais
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante	649.018	789.686	67.765	101.686	24.184	132.534	421.771	130.604	1.162.738	1.881.373
Ativo não circulante	1.248.877	1.053.523	1.682.192	3.498.482	139.046	30.520	517.696	101.688	3.587.812	4.684.213
Ativo do segmento	1.897.896	1.843.209	1.749.957	3.600.168	163.230	163.054	939.467	232.292	4.750.550	6.565.587
Passivo circulante	191.888	379.468	75.774	162.933	35.132	30.466	306.653	334.950	609.448	1.671.085
Passivo não circulante	415.989	233.455	723.816	1.338.635	51.612	59.483	732.500	598.000	1.923.917	2.229.573
Passivo do segmento	607.877	612.924	799.590	1.501.567	86.745	89.949	1.039.154	932.950	2.533.365	3.900.658

Resultado:

	Incorporações		Renda recorrente		Hotéis e restaurantes		Holding		Totais	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita operacional bruta	(46.440)	196.721	286.604	294.004	193.265	195.225	693	86	434.122	686.036
Impostos Sobre a receita	754	(6.268)	(35.180)	(37.325)	(16.496)	(11.426)	2.002	(55)	(48.920)	(55.074)
Receita operacional líquida	(45.686)	190.452	251.424	256.679	176.769	183.800	2.056	31	384.563	630.961
Custos operacionais	(22.847)	(142.918)	(62.569)	(63.345)	(144.980)	(152.778)	(724)	(6)	(231.119)	(359.040)
Lucro bruto	(68.533)	47.534	188.855	193.334	31.789	31.021	1.331	25	153.444	271.921
Receitas e (despesas) operacionais	(18.255)	(32.967)	(32.115)	279.373	(12.726)	(22.581)	(243.623)	(37.450)	(306.719)	186.375
Despesas gerais e administrativas	(9.294)	(7.351)	(26.246)	(19.537)	(17.296)	(18.925)	(41.177)	(35.843)	(94.014)	(81.613)
Despesas Comerciais	(11.278)	(15.597)	(6.776)	(5.372)	(51)	(2.544)	(1.211)	(1.798)	(19.316)	(25.310)
Outras receitas e (despesas) operacionais	2.317	(10.018)	(31.870)	(7.352)	4.621	(3.123)	(206.745)	191	(231.676)	(20.346)
Valor justo de propriedades para investimento	-	-	32.778	313.861	-	-	2.800	-	35.578	313.861
Resultado de participações societárias	-	-	-	(2.227)	-	2.011	2.710	-	2.710	(217)
Lucro (Prejuízo) operacional	(86.787)	14.567	156.741	472.708	19.063	8.440	(242.291)	(37.425)	(153.274)	458.296
Resultado Financeiro	(17.778)	(11.116)	(84.501)	(142.630)	(5.561)	(6.652)	(178.480)	(51.521)	(286.319)	(211.920)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(104.565)	3.451	72.240	330.077	13.503	1.788	(420.772)	(88.946)	(439.593)	246.376
IR/CSLL	(2.071)	(5.451)	(26.817)	(99.478)	(4.372)	(5.001)	87.750	(8)	54.098	(109.939)
Resultado de Operações continuadas	(106.635)	(2.000)	45.423	230.600	9.131	(3.213)	(333.022)	(88.954)	(385.495)	136.437
Operações descontinuadas	-	(14.790)	-	-	-	(11.191)	134.917	(716)	134.917	(26.697)
Lucro líquido do período	(106.635)	(16.789)	45.423	230.600	9.131	(14.404)	(197.711)	(89.667)	(250.576)	109.740

35. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2017, a Companhia recebeu parcela remanescente do contas à receber pela venda de 33% da propriedade onde realizam-se as operações do Shopping Cidade Jardim, no valor de R\$260.000.

36. Outras informações

- Investigação Interna - Operação Acrônimo

A JHSF tomou conhecimento pela imprensa em 27/05/2016 a respeito de suposto envolvimento da Companhia em pagamentos indevidos (os “Pagamentos Indevidos”). A Administração contratou advogado para acompanhar o assunto, colocando-se à inteira disposição da Justiça para prestar os devidos esclarecimentos. Ato contínuo, como forma de preservar os interesses da Companhia, o Conselho de Administração determinou ao Comitê de Auditoria Estatutário (o “CAE”) a supervisão de investigação interna e independente, com vistas a identificar eventuais irregularidades relacionadas ao Aeroporto Executivo e o envolvimento da Companhia nos Pagamentos Indevidos (a “Investigação Interna”). Em 15/07/2016, o escritório Mattos Filho,

Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados (os “Assessores Jurídicos”) foi contratado para assessorar na Investigação Interna.

Em 19/01/2017, a Companhia recebeu comunicado do Sr. José Auriemo Neto dando conta da celebração de acordo de colaboração com as autoridades competentes, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça, que garante antecipadamente a suspensão condicional de futuro processo, em que o Sr. Auriemo assumiu exclusiva responsabilidade por contribuição ilegal de campanha, em que nem a Companhia, nem suas controladas, tiveram envolvimento, e que consubstanciou ilícito de menor potencial ofensivo, sem qualquer conotação de corrupção.

Considerando tal comunicado e o fato de que, após cerca de seis meses de trabalhos, a Investigação Interna não encontrou indícios que permitissem concluir que a Companhia ou suas controladas tivessem realizado Pagamentos Indevidos, o CAE e os Assessores Jurídicos recomendaram ao Conselho de Administração o encerramento dos trabalhos da Investigação Interna, tendo tal recomendação sido aprovada em 20/01/2017.